



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 31 DE MARÇO DE 2021
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21(R1) – NBC TG 21(R4)

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

Aos Ilmos. Srs.

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CODERN – CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE**
Av. Eng. Hildebrando de Góis, 220 - CEP 59010-700
Ribeira, Natal, Rio Grande do Norte

Prezados Senhores,

1. Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **CIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **CODERN**, é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Base para opinião com ressalva

3.1. Evidências Para o Trabalho de Auditoria

Até onde conseguimos retroagir pelo exame dos relatórios contábeis, constatamos que os controles internos são insuficientes e/ou inexistentes e não possuem/fornecem evidências confiáveis e adequadas para validar os saldos abaixo:

Conta	Descrição	Valor Contábil
01.01.4.01.01	Almoxarifado	12.362.218,03

Conta	Descrição	Valor Contábil
01.01.7.05.01	Fornecedores	1.022.845,14

Conta	Descrição	Valor Contábil
01.02.1.09.03	Cível	128.609,80

Conta	Descrição	Valor Contábil
01.02.1.09.04	(-) Provisão p/Depósitos Judiciais	1.168.790,34

Conta	Descrição	Valor Contábil
01.02.1.09.05	(-) Provisão p/Bloqueios Judiciais	4.908.393,25

Conta	Descrição	Valor Contábil
02.01.4.01.05.002	Portus - Retido dos Empregados	1.243.696,38

Conta	Descrição	Valor Contábil
02.02.4.01.05.003	Déficit Atuarial - Portus	25.381.354,67

Conta	Descrição	Valor Contábil
02.01.4.02.02.003	IRRF, PASEP, COFINS, CSLL - COSIRF a Recolher	265.660,49
02.01.4.02.02.004	Imposto de Renda na Fonte	147.884,19

Conta	Descrição	Valor Contábil
02.02.8.06.02	Processos Judiciais - Causas Trabalhistas	1.290.821,95
02.02.8.06.03	Processos Judiciais - Cíveis	661.679,95
02.02.8.06.04	Processos Judiciais - Tributário	7.743.758,77

Neste sentido procuramos conduzir nosso exame de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, todavia as limitações impostas ao escopo do trabalho, decorrentes da inexistência e/ou insuficiência de controles internos e documentos inviabilizaram a obtenção de evidências suficientes e apropriadas para a formação de nossa opinião, e das repercussões que os eventuais ajustes poderiam ter sobre contas patrimoniais e da sua contrapartida em contas de resultado do exercício e conseqüentemente no patrimônio líquido.

3.2. Falta de Controles Internos

Devido à ausência de controle efetivos, análises e conciliações, valores pendentes de regularização, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir sobre as diferenças apresentados nas rubricas abaixo:

Conta	Descrição	Valor Contábil	Valor Gerencial	Diferença
01.01.3.03.01	(-) PCLD	5.124.580,23	1.984.228,89	3.140.351,34

Conta	Descrição	Valor Contábil	Valor Gerencial	Diferença
01.02.1.09.01	Trabalhistas Recursais	1.984.321,88	874.027,54	1.110.294,34

Conta	Descrição	Valor Contábil	Valor Gerencial	Diferença
02.01.1.01.01	Fornecedores de Bens Nacionais	3.075.203,94	565.433,79	2.509.770,15
02.01.1.01.02	Fornecedores de Serviços Nacionais	1.974.082,04	1.974.082,04	-

Conta	Descrição	Valor Contábil	Valor Gerencial	Diferença
02.01.4.01.01	INSS a Pagar	31.107.839,20	755.413,37	30.352.425,83
02.01.4.01.02	FGTS a pagar	175.698,22	103.286,41	72.411,81

Conta	Descrição	Valor Contábil	Valor Gerencial	Diferença
02.01.4.01.05.001	PORTUS RTSA	26.784.551,63	15.992.913,10	10.791.638,53
02.01.4.01.05.100	PORTUS - Contribuição Patronal	21.607.469,27	9.075.137,89	12.532.331,38
02.01.4.01.05.102	Portus - TCF	4.029.389,80	2.440.746,29	1.588.643,51

Conta	Descrição	Valor Contábil	Valor Gerencial	Diferença
02.02.4.01.05.002	PORTUS - Termo de Compromisso TCF	36.707.849,82	16.178.179,41	20.529.670,41

Conta	Descrição	Valor Contábil	Valor Gerencial	Diferença
02.01.4.02.02.001	PIS a Recolher	3.531.970,47	710.917,19	2.821.053,28
02.01.4.02.02.002	COFINS a Recolher	21.152.176,46	5.262.388,28	15.889.788,18
02.01.4.02.03.001	Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.782.104,56	68,32	2.782.036,24

Neste sentido procuramos conduzir nosso exame de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, todavia as limitações impostas ao escopo do trabalho, decorrentes da inexistência e/ou insuficiência de controles internos e documentos inviabilizaram a obtenção de evidências suficientes e apropriadas para a formação de nossa opinião, e das repercussões que os eventuais ajustes poderiam ter sobre contas patrimoniais e da sua contrapartida em contas de resultado do exercício e conseqüentemente no patrimônio líquido.

4. Ênfases

4.1. Déficit Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS

Mantendo nossa opinião, enfatizamos que, conforme nota explicativa nº 15, no exercício de 2019, a CODERN fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R2) – Benefício a Empregados. A redução do Déficit ocorreu em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 mil, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price. Até o encerramento 1º trimestre de 2021, a Companhia apresenta um déficit no montante de R\$ 15.121 mil.

4.2. Continuidade do operacional das atividades

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da Companhia. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, dissiparam o “capital próprio” reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente Patrimônio Líquido, passando a apresentar um “passivo a descoberto” (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

5. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de março de 2020 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

6. Outros assuntos

6.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da **CODERN** essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

Natal/RN, 24 de março de 2022



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira


Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"RJ

Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"RJ

CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"RJ

CNAI 4850

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2021	31 de dezembro 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro 2020
Circulante			Reclassificado (nota 28)		Reclassificado (nota 28)
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	14.406	16.121	19.246	17.791
Contas a Receber	5	4.770	2.742	5.614	3.373
Estoques	7	12.275	12.064	12.382	12.176
Tributos a Compensar		999	913	1.704	1.574
Despesas Antecipadas		41	65	41	66
Outros Créditos	6	9.490	7.808	2.684	2.309
Adiantamentos		245	134	622	272
Outros valores a receber		42	40	42	40
Servidores cedidos		42	51	42	51
Valores a receber de terceiros		9.161	7.582	1.979	1.945
Total do ativo circulante		41.981	39.714	41.671	37.289
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	1.140	1.183	1.582	1.626
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		1.140	1.183	1.579	1.623
Outros Valores a Receber		0	0	3	3
Investimentos		10	10	31	31
Imobilizado Líquido	9	192.609	203.911	320.724	332.667
Intangível		9	9	9	9
Total do ativo não circulante		193.768	205.113	322.345	334.332
Total do Ativo		235.748	244.826	364.016	371.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2021	31 de dezembro 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro 2020
Circulante			Reclassificado (nota 28)		Reclassificado (nota 28)
Fornecedores		2.540	1.537	5.049	4.924
Obrigações Trabalhistas	10	3.344	2.870	5.828	4.484
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	11	70.166	64.703	142.289	132.429
Consignações a Pagar		0	0	19	7
Obrigações Societárias		2	2	2	2
Contas a Pagar	12	362	339	405	387
Outros Passivos	13	1.249	1.187	2.515	2.127
Total do passivo circulante		77.662	70.636	156.106	144.358
Não Circulante					
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	11	39.077	43.053	73.397	80.951
Provisão para contingências	14	52.983	53.382	62.649	63.005
Créditos para aumento de capital	17	76.983	76.710	269.477	268.279
Total do passivo não circulante		169.043	173.145	405.523	412.235
Total do passivo		246.705	243.781	561.630	556.593
Passivo a descoberto					
Capital Social	16	432.843	432.843	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial		3.805	2.267	12.695	8.145
Prejuízos acumulados		(447.604)	(434.065)	(643.151)	(625.960)
Total do patrimônio líquido		(10.957)	1.045	(197.614)	(184.972)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		235.748	244.826	364.016	371.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2021	2020	2021	2020
			Reclassificado (nota 28)		Reclassificado (nota 28)
Receita Líquida dos serviços	20	11.532	12.982	21.640	19.560
Custos operacionais	21	(8.726)	(11.197)	(12.930)	(16.247)
Lucro Bruto		2.806	1.785	8.710	3.313
(Despesas)/Receitas operacionais		(6.559)	(5.143)	(9.532)	(9.759)
Despesas administrativas e gerais	22	(5.880)	(5.048)	(9.034)	(9.278)
Despesas para créditos de liquidação duvidosa	23	(597)	(32)	(597)	(32)
Despesas tributárias		(38)	(48)	(229)	(239)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	24	0	3	(44)	3
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		0		0	0
Outras (despesas)/receitas operacionais	25	(44)	(18)	372	(212)
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(3.753)	(3.357)	(821)	(6.446)
Receitas financeiras	26	479	567	482	569
Despesas financeiras	26	(2.956)	(2.165)	(6.298)	(4.399)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(6.230)	(4.955)	(6.638)	(10.277)
IRPJ e CSLL		0	0	0	0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(6.230)	(4.955)	(6.638)	(10.277)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)	(0,0001)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de três meses findos		Período de três meses findos	
		em 31 de março de		em 31 de março de	
		2021	2020	2021	2020
Resultado do Período		(6.230)	(4.955)	(6.638)	(10.277)
Outros Resultados Abrangentes		-	-		
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	19	1.538	-	4.550	-
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(4.692)	(4.955)	(2.088)	(10.277)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 16)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 19)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
					Controladora
Em 31 de dezembro de 2020		432.843	2.267	(434.065)	1.045
Prejuízo líquido do período	18			(6.230)	(6.230)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		1.538		1.538
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(7.310)	(7.310)
Em 31 de março de 2021		432.843	3.805	(447.604)	(10.957)
Mutações do período		0	1.538	(13.540)	(12.002)
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	58	(413.936)	18.965
Prejuízo líquido do período	18			(4.955)	(4.955)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			63	63
Em 31 de março de 2020		432.843	58	(418.828)	14.073
Mutações do período		0	(0)	(4.892)	(4.892)
					Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020		432.843	8.145	(625.960)	(184.972)
Prejuízo líquido do período	18			(6.638)	(6.638)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		4.550		4.550
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(10.554)	(10.554)
Em 31 de março de 2021		432.843	12.695	(643.151)	(197.614)
Mutações do período		0	4.550	(17.192)	(12.642)
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	664	(645.769)	(212.262)
Prejuízo líquido do período	18			(10.277)	(10.277)
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			174	174
Em 31 de março de 2020		432.843	0	(655.871)	(222.365)
Mutações do período		0	(664)	(10.103)	(10.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			Reclassificado (nota 28)		Reclassificado (nota 28)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.230)	(4.955)	(6.638)	(10.277)
Ajustes do Lucro Líquido					
Depreciação e amortização		3.491	3.915	4.144	5.251
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.538	-	4.550	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		(7.310)	63	(10.554)	174
Provisões		597	29	640	29
Despesas de atualização monetária		1.156	1.653	3.993	3.861
Baixas de Imobilizado		9.298	-	9.298	-
Redução (Aumento) de Ativos					
Contas a receber		(2.625)	3.129	(2.837)	2.809
Estoques		(211)	(3.197)	(206)	(3.212)
Tributos a Compensar/Recuperar		(86)	(49)	(130)	(123)
Despesas antecipadas		24	24	25	22
Outros créditos		(1.682)	21	(375)	(202)
Outros ativos não circulantes		44	(59)	44	(105)
Aumento (Redução) de Passivos					
Fornecedores		1.003	(307)	125	173
Obrigações Trabalhistas		474	465	1.343	645
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		5.055	243	7.689	2.102
Outras Obrigações		86	102	419	541
Outros passivos não circulantes		(4.849)	(1.416)	(8.576)	(1.079)
Caixa gerado pelas operações					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(228)	(338)	2.953	610
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado		(1.488)	(727)	(1.498)	(809)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.488)	(727)	(1.498)	(809)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Crédito para aumento de capital		-	5.950	-	5.950
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	5.950	-	5.950
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(1.716)	4.885	1.455	5.751
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		16.121	12.725	17.791	13.052
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		14.406	17.610	19.246	18.803
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.716)	4.885	1.455	5.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2021	2020	2021	2020
			Reclassificado (nota 28)		Reclassificado (nota 28)
1 Receitas		10.936	12.950	21.044	19.528
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços		11.532	12.982	21.640	19.560
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(597)	(32)	(597)	(32)
2 Insumos adquiridos de terceiros		(3.853)	(4.218)	(5.374)	(7.705)
2.1 Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(2.212)	(3.298)	(3.007)	(4.683)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.521)	(901)	(2.247)	(2.809)
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos		0	0	0	0
2.4 Outras		(121)	(18)	(121)	(213)
3 Valor adicionado bruto		7.082	8.732	15.670	11.823
4 Retenções		(3.204)	(3.570)	(3.845)	(4.787)
4.1 Depreciação e amortização		(3.204)	(3.573)	(3.802)	(4.790)
4.2 Provisões		0	3	(44)	3
5 Valor adicionado líquido		3.878	5.162	11.824	7.036
6 Valor adicionado recebido em transferência		556	568	974	569
6.1 Receitas financeiras		479	567	482	569
6.2 Outras		77	1	493	1
7 Valor adicionado a distribuir		4.434	5.730	12.799	7.606
8 Valor adicionado distribuído		4.434	5.730	12.799	7.606
8.1 Pessoal		7.670	8.473	12.909	13.244
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		5.680	6.425	9.907	10.327
8.1.2 Benefícios		1.643	1.681	2.216	2.335
8.1.3 FGTS		347	368	786	581
8.2 Impostos, taxas e contribuições		38	48	229	239
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		38	48	229	239
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		2.956	2.165	6.298	4.399
8.3.1 Juros e Correção Monetária		2.956	2.165	6.298	4.399
8.3.2 Aluguéis		0	0	0	0
8.4 Remuneração de capitais próprios		(6.230)	(4.955)	(6.638)	(10.277)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(6.230)	(4.955)	(6.638)	(10.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido renovado pelo 2º aditivo nº 001/2020, com vigência até 21.12.2021.

Ressalta-se que no último aditivo, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN, cujos trabalhos ainda estão em andamento.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de março de 2021 a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 6.638 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas e atualização monetária da dívida junto ao Portus - Previdência Complementar, no montante de R\$ 3.993 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

anteriores registra um total de R\$ 625.960 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE criou e implantou, em outubro de 2019, o Plano de Saneamento Financeiro - PSF com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, de modo que, todos os seus integrantes, de forma sistêmica e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhados com a recuperação financeira da empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa, e promover o seu crescimento financeiro e econômico.

Com a sua implantação, ele tem reduzido as incertezas nas tomadas de decisões proporcionando um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. O PSF é uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

Hoje, o PSF possui 84 indicadores que avaliam mensalmente a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos e o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais. Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento - GEPLAN, além de eventuais mudanças no cenário externo, como está sendo no caso da pandemia, que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia, principalmente o orçamento.

A administração da CODERN continua com as ações do PSF apresentando excelentes resultados na gestão financeira onde, considerando o período compreendido entre a sua implantação (Out/2019) até março de 2021, podemos destacar uma redução substancial das despesas e um crescimento de receitas com a melhoria dos processos de faturamento e da atividade operacional. Outro ganho importante foi na sistematização dos processos e o comprometimento de todos os setores da Companhia na busca desses resultados.

Entretanto, um componente com grande impacto no resultado financeiro da Empresa continua sendo a pandemia causada pela COVID 19. Destacamos nesse resultado a perda de receitas que foi parcialmente minimizada pela redução das despesas.

O PSF como ferramenta de gestão tem mostrado, ao nível tático e operacional da Empresa, a importância de mensurar e analisar os resultados dos processos que compõem o Plano, proporcionando o seu aperfeiçoamento contínuo, criando uma plataforma de sustentação para a manutenção do equilíbrio orçamentário. É uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

Na área operacional as ações do PSF continuam norteando a redução de despesas com resultados que têm contribuído para o equilíbrio orçamentário.

Com os indicadores que controlam o recebimento de valores faturados, o percentual de recebimento no prazo atingiu um patamar de 94%, resultado este muito acima da média histórica.

Como conclusão, o PSF vem evoluindo e mostrando a sua importância como ferramenta de gestão, exigindo de cada gestor um permanente acompanhamento dos seus processos, proporcionando condições para um crescimento econômico e financeiro da CODERN.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia definiu como política para provisão de créditos de liquidação duvidosa um percentual de provisão baseado em expectativas futuras e eventos passados. No que se refere aos saldos não vencidos, com base na representatividade das provisões realizadas no contas a receber em atraso com relação ao faturamento anual, estimou-se um percentual de expectativa de perda a ser provisionado.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

Bens em Operação	Taxa Anual
Infraestrutura Marítima	3,33% a 50%
Infraestrutura Acostagem	3,33% a 50%
Infraestrutura Terrestre	3,33% a 4%
Armazenagem	3,33% a 4%
Equipamentos	3,33% a 20%
Bens Administração	Taxa Anual
Terrenos	0%
Edifícios e Benfeitorias	3,33% a 4%
Instalações	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a 20%
Equipamentos de Informática	20%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	5% a 20%
Ferramentas	20%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

3.11 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.12 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.13 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.14 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas de acordo com a NBC TG 32 - Tributos sobre o lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido na medida que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados, como não existem estimativas formais sobre a Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais ou créditos fiscais existentes, o reconhecimento do ativo fiscal diferido não foi realizado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Recursos em bancos	444	283	3.992	1.727
Fundo Rotativo	6	0	12	0
Recursos do Tesouro - SIAFI	13.666	15.575	13.666	15.575
Aplicações financeiras	291	263	1.576	488
Total de caixa e equivalentes de caixa	14.406	16.121	19.246	17.791

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 0,0701% no 1º trimestre de 2021, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve redução de 13% no saldo de recursos do tesouro, como resultado da aplicação de recursos do Ministério da Infraestrutura para investimentos.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de março, assim especificado:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Clientes e contas a receber				
Contas a receber de clientes	8.229	5.604	10.738	7.901
Menos: provisão para créditos de liquidação	(3.459)	(2.862)	(5.125)	(4.528)
Contas a receber de clientes líquidos	4.770	2.742	5.614	3.373
Total Contas a Receber	4.770	2.742	5.614	3.373

6. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destaque temos os valores a receber do Porto de Maceió na controladora relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências, esse saldo foi ajustado para menor no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis com a controlada (ver nota 3.10). A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2º câmara.

Os saldos em 31 de março de 2021 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamentos	245	134	622	272
Outros Valores a receber	42	40	42	40
Servidores Cedidos	42	51	42	51
Valores a Receber de Terceiros	11.433	9.854	4.250	4.217
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.271)	(2.271)	(2.271)	(2.271)
Total Devedores Diversos	9.490	7.808	2.684	2.309

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/03/2021	31/12/2020
Material de consumo permanente Sede	631	365
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	11.644	11.700
Material de consumo permanente Maceió	107	112
Total	12.382	12.176

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais e Bloqueios judiciais, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	6.628	6.671	2.748	7.700
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(5.488)	(5.488)	(1.169)	(6.077)
Outros valores a receber	0	0	3	3
Total	1.140	1.183	1.582	1.626

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de março de 2021 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2020	Adições	Baixas/Ajustes	Custo em 31/03/2021	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Controladora Saldo líquido em	
							31/03/2021	31/12/2020
Bens em Operação	506.548	735	(941)	506.342	(212.400)	(110.605)	183.338	194.810
Infraestrutura Marítima	39.547	285	1.707	41.539	(5.864)	(32.556)	3.118	2.080
Infraestrutura Acostagem	375.183	17	(75)	375.125	(147.708)	(78.049)	149.368	158.264
Infraestrutura Terrestre	0	0	0	0	0	0	0	0
Armazenagem	1.936	158	0	2.094	(719)	0	1.375	1.244
Equipamentos	89.883	275	(2.573)	87.585	(58.108)	0	29.477	33.222
Bens Administração	80.419	753	174	81.346	(24.465)	(47.610)	9.272	9.101
Terrenos	96	0	0	96	0	0	96	96
Edifícios e Benfeitorias	63.504	(49)	(463)	62.992	(10.096)	(47.157)	5.739	6.393
Instalações	10.372	572	156	11.100	(9.364)	0	1.736	1.098
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	3.285	218	822	4.326	(2.668)	(454)	1.204	778
Equipamentos de Informática	1.610	6	38	1.654	(1.490)	0	164	157
Móveis e Utensílios	1.347	1	(400)	948	(630)	0	318	576
Veículos	154	0	0	154	(154)	0	0	0
Ferramentas	52	4	21	78	(63)	0	15	4
Imobilização em Curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	586.967	1.488	(767)	587.688	(236.864)	(158.215)	192.609	203.911

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

Discriminação	Custo em 31/12/2020	Adições	Baixas/ Ajustes	Custo em 31/03/2021	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Consolidado Saldo líquido em	
							31/03/2021	31/12/2020
Bens em Operação	563.526	735	(941)	563.320	(222.715)	(110.605)	230.001	242.066
Infraestrutura Marítima	54.802	285	1.707	56.794	(9.071)	(32.556)	15.166	14.308
Infraestrutura Acostagem	416.112	17	(75)	416.054	(154.467)	(78.049)	183.538	192.844
Infraestrutura Terrestre	496	0	0	496	(224)	0	272	273
Armazenagem	2.062	158	0	2.220	(804)	0	1.416	1.286
Equipamentos	90.055	275	(2.573)	87.757	(58.148)	0	29.609	33.354
Bens Administração	99.072	763	174	100.007	(25.797)	(47.610)	26.600	26.478
Terrenos	96	0	0	96	0	0	96	96
Edifícios e Benfeitorias	81.436	(49)	(463)	80.922	(10.825)	(47.157)	22.940	23.643
Instalações	10.374	572	156	11.102	(9.382)	0	1.719	1.082
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	3.324	220	822	4.366	(2.740)	(454)	1.172	746
Equipamentos de Informática	1.781	8	38	1.827	(1.495)	0	332	323
Móveis e Utensílios	1.459	1	(400)	1.059	(758)	0	301	560
Veículos	551	0	0	551	(532)	0	19	25
Ferramentas	52	11	21	84	(64)	0	20	3
Bens de Terceiros	63.955	(0)	0	63.955	0	0	63.955	63.955
Infraestrutura Marítima	3.113	0	0	3.113	0	0	3.113	3.113
Infraestrutura Acostagem	60.842	(0)	0	60.842	0	0	60.842	60.842
Imobilização em Curso	168	0	0	168	0	0	168	168
Total	726.721	1.498	(767)	663.495	(248.511)	(158.215)	320.724	332.667

Conforme determina A NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2020, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ✓ UGC Porto de Natal (controladora)
- ✓ UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ✓ UGC Porto de Maceió (controlada)

O quadro abaixo demonstra que não houve perdas por desvalorização reconhecidos no resultado no período por unidade geradora de caixa.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2020	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Baixa por Inventário	Saldo em 31/03/2021
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	68.196				68.196
UGC Porto de Natal	90.019				90.019
UGC Terminal de Passageiros	0				0
UGC Porto de Maceió	0				0
Total	158.215	0	0	0	158.215

10. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Salários e Remunerações a Pagar	2	2	627	2
13º Salário a Pagar	0	0	0	0
Férias a Pagar	1	0	1	0
Rescisões a Pagar	1	1	1	1
Provisão para Férias	2.584	2.552	4.161	4.096
Provisão para 13º Salário	426	0	641	0
Plano de Saúde	232	229	232	229
Remuneracao Confis/Consad	0	0	20	0
Outras Obrigações Trabalhistas	97	86	145	156
Total obrigações fiscais e trabalhistas	3.344	2.870	5.828	4.484

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

11. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Encargos Sociais e Previdenciários	61.543	57.877	108.329	102.752
INSS a Pagar	11.240	10.774	31.108	30.260
FGTS a pagar	109	163	176	276
Plano de Previdência Complementar	50.110	46.855	76.246	71.422
INSS - Autonomos	46	46	173	167
INSS - Terceiros	38	39	626	627
Obrigações Fiscais	8.623	6.825	33.961	29.677
Tributos Federais a Recolher	6.211	5.555	25.098	23.621
Tributos Federais - Terceiros	0	0	2.782	2.317
Parcelamentos Fiscais - Federais	1.353	773	2.011	1.162
Tributos Municipais	430	138	3.334	2.164
Parcelamentos Fiscais - Municipais	630	360	736	392
Outras Obrigações Fiscais	0	0	0	21
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Circulante	70.166	64.703	142.289	132.429

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Encargos Sociais e Previdenciários	37.800	40.643	70.359	76.419
Plano de Previdência Complementar	37.800	40.643	70.359	76.419
Obrigações Fiscais	1.277	2.410	3.038	4.532
Parcelamentos Fiscais - Federais	1.097	1.870	2.719	3.750
Tributos Municipais	180	540	319	782
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Não Circulante	39.077	43.053	73.397	80.951

Os valores relativos ao Plano de Previdência Complementar compreendem contribuições dos empregados, patronal, parcelamentos, déficit atuarial, RTSA, bem como o termo de compromisso financeiro firmado em jun/2020 objetivando o saneamento do déficit atuarial, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	50.110	46.855	76.246	71.422
PORTUS RTSA	15.993	14.585	26.785	24.950
Portus - Retido dos Empregados	21	20	1.244	1.174
PORTUS - Contribuição Patronal	9.075	8.944	21.607	19.870
Portus - Parcelado	22.580	21.817	22.580	21.817
Portus - TCF	2.441	1.489	4.029	3.611
Portus - Contribuição Extraordinária	0	0	0	0
Passivo não circulante	37.800	40.643	70.359	76.419
PORTUS RTSA	8.270	8.841	8.270	8.841
PORTUS - Termo de Compromisso TCF	16.178	16.835	36.708	37.216
Déficit Atuarial - Portus	13.352	14.967	25.381	30.362
Total	87.910	87.498	146.605	147.841

12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Água e Esgoto	12	16	12	16
Energia Elétrica	278	262	321	306
Correios	0	0	0	0
Telefone	4	2	5	3
Internet	0	0	0	2
Empregados	15	11	15	11
Estagiários	11	13	11	13
Terceiros	42	35	42	35
Total contas a pagar	362	339	405	387

13. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores a de caução para garantia de contratos ou serviços, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	1.117	1.067	2.059	1.960
Valores Pendentes de Classificação	46	34	50	34
Outras Obrigações	83	83	149	130
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	0	0	254	0
Contribuição Sindical	1	1	1	1
CPMF	1	1	1	1
Total contas a pagar	1.249	1.187	2.515	2.127

14. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	41.662	2.100	19.243	63.005
Provisões constituídas no período	0	1.198	0	1.198
Baixas de provisões	0	(399)	0	(399)
Reversões	0	(1.154)	0	(1.154)
Saldo em 31 de março de 2021	41.662	1.744	19.243	62.649

14.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.03.21, totalizou R\$ 1.744 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na Controladora, temos 06 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de R\$ 363 mil e corresponde a diferenças de Função Gratificada na mudança de um Plano de Cargos para outro (Plano de Cargos de 2002), sendo incorporada pelo Reclamante. Após vários recursos até o TST, a CODERN foi condenada e já pagou o principal. Conforme determinação judicial, a CODERN já efetuou pagamento de 30% do valor do Portus e solicitou o parcelamento do saldo remanescente.

Na controlada, temos 23 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 392

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

mil e corresponde a vantagens de horas extras e reflexos, decorrido o prazo para manifestação do reclamante.

14.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.03.2021, totalizou R\$ 41.662 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo de R\$ 41.001 corresponde a um processo da Controladora, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020 e vem sendo paga mensalmente. No referido termo, está previsto a suspensão do processo em questão, pelo prazo de 01 (um) ano para negociação do mesmo na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.

14.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.03.2021 o montante de R\$ 19.243 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na controladora, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na controlada, temos 06 processos em andamento, o processo de maior relevância corresponde a Contribuições Previdenciárias devidas pela empresa aos seus colaboradores diretos e a terceiros no total de R\$ 5.517 mil, o qual refere-se a débito junto à Prefeitura Municipal de Maceió. Emitida certidão de citação e intimação - Procuradoria do Município de Maceió.

14.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.03.2021 somou R\$ 157.472 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	5.685	6.057	11.742
Causas Fiscais	24.044	-	24.044
Causas Cíveis	79.846	41.840	121.686
Total	109.575	47.897	157.472

Na controladora, temos 42 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a diferenças de aposentadoria (R\$ 2.454 mil) referente a processo do porto de Recife, da qual estamos questionando a prescrição. Outro processo referente a Indenização por Acidente de Trabalho (R\$ 452 mil), ocorrido no Porto Ilha, o qual a CODERN está recorrendo da decisão, e ainda processo relativo a indenização de FGTS, aviso prévio (R\$ 496 mil), aguardando julgamento do recurso ordinário e equiparação salarial (R\$ 258 mil), aguardando prazo para apresentação de defesa.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

Na controladora, temos 12 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na controladora, temos 46 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 53.814 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; reequilíbrio contratual/indenização(R\$ 12.480), a decisão interlocutória que afastou a prescrição foi recorrida por agravo ao TRF5; e a operacionalização de escâner de container(11.000.000), aguarda ciência de instrução.

Na controlada, existem 47 processos referentes a causas trabalhistas, sendo que o mais relevante, refere-se à verbas trabalhistas do empregado Ailson da Silva Alves, no valor de R\$ 950 mil.

Na controlada, identifica-se 08 processos referentes a demandas cíveis, sendo o mais relevante é atinente ao PORTUS, no valor de R\$ 12.089 mil.

15. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Déficit Atuarial	13.352	14.967	25.381	30.362
Total contas a pagar	13.352	14.967	25.381	30.362

A redução do Déficit ocorreu em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 mil, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price.

15.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 25.121 em 31/03/2021 (R\$ 30.299 mil em 31/12/2020), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção						
	31 dez 21	1 jan 21	31 mar 21	1 out 20	31 dez 20	1 jul 20	30 set 20
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	73.949.851		80.260.564		81.034.493		80.043.278
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(694.776)		(199.852)		(168.454)		(14.258)
3. Custo dos juros	4.074.145		1.270.694		1.462.452		1.429.835
4. Contribuições de participantes do plano	736.096		215.204		280.572		205.214
5. Benefícios pagos	(3.998.706)		(1.199.612)		(1.179.578)		(1.123.793)
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-		(6.634.965)		(1.408.375)		266.757
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-		-		-		-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-		(7.268.148)		5.783.734		(497.385)
6.c. Ajuste de experiência	-		633.183		(7.192.109)		764.142
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-		-		-		-
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-		-		-		-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-		-		-		-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	792.727		237.818		239.454		227.460
9. Emendas no plano	-		-		-		-
10. Reduções	-		-		-		-
11. Liquidações	-		-		-		-
12. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-		-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	74.859.337		73.949.851		80.260.564		81.034.493

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção						
	31 dez 21	1 jan 21	31 mar 21	1 out 20	31 dez 20	1 jul 20	30 set 20
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	5.775.360		5.319.003		3.933.635		4.488.727
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-		(243.699)		596.776		(821.365)
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	673.423		196.881		244.609		132.493
4. Contribuições dos participantes	736.096		215.204		280.572		205.214
5. Benefícios pagos (líquido)	(3.998.706)		(1.199.612)		(1.179.578)		(1.123.793)
6. Receita dos juros	378.927		89.304		76.350		84.123
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-		-		-		-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	792.727		237.818		239.454		227.460
9. Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF)	3.004.843		987.857		956.870		579.182
10. Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	729.149		172.604		170.315		161.594
11. Emendas no plano	-		-		-		-
12. Reduções	-		-		-		-
13. Liquidações	-		-		-		-
14. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-		-
15. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	8.091.819		5.775.360		5.319.003		3.933.635
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	-		-		-		-

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção						
	31/12/2021	1 jan 21	31 mar 21	1 out 20	31 dez 20	1 jul 20	30 set 20
<i>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</i>							
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(694.776)		(199.852)		(168.454)		(14.258)
2. Custo líquido dos juros	3.599.770		1.126.358		1.297.533		1.263.927
2.1 Custo dos juros da obrigação	4.074.145		1.270.694		1.462.452		1.429.835
2.2 Receita de juros ativos	(378.927)		(89.304)		(76.350)		(84.123)
2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	(95.448)		(55.032)		(88.569)		(81.785)
3. Custo do serviço passado	-		-		-		-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-		-		-		-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-		-		-		-
6. Benefícios especiais de desligamento	-		-		-		-
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-		-		-		-
8. Custo do benefício pós-emprego no período	2.904.994		926.506		1.129.079		1.249.669
<i>Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</i>							
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(12.694.816)		(8.144.742)		(7.640.381)		(8.481.831)
10. Perdas (ganhos) atuariais	-		(6.634.965)		(1.408.375)		266.757
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-		243.699		(596.776)		821.365
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-		-		-		-
13. Efeito compartilhamento de riscos	169.366		1.841.192		1.500.790		(246.672)
14. Custo total reconhecido em ORA	(12.525.450)		(12.694.816)		(8.144.742)		(7.640.381)
(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos	-		-		-		-

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção				
	31 dez 21	31 mar 21	31 dez 20	30 set 20	
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(8.091.819)	(5.775.360)	(5.319.003)	(3.933.635)	
2. Valor justo dos ativos do plano	8.091.819	5.775.360	5.319.003	3.933.635	
3. Excesso de cobertura	-	-	-	-	
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(66.767.518)	(68.174.491)	(74.941.561)	(77.100.858)	
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-	
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-	
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-	
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(66.767.518)	(68.174.491)	(74.941.561)	(77.100.858)	
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	40.498.122	41.263.386	40.966.588	40.122.212	
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	8.671.328	8.148.195	8.823.018	8.894.874	
6.3. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Extraordinárias	17.053.262	16.853.835	18.287.408	18.508.108	
7. (Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(544.806)	(1.909.075)	(6.864.547)	(9.575.664)	
7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	1.715.665	1.789.583	3.575.743	4.987.964	
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-	
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(65.051.853)	(66.384.908)	(71.365.818)	(72.112.894)	
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	40.498.122	41.263.386	40.966.588	40.122.212	
9. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(24.553.731)	(25.121.522)	(30.399.230)	(31.990.682)	

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)	Projeção				
	31 dez 21	31 mar 21	31 dez 20	30 set 20	
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	1.789.583	3.575.743	4.987.964	4.659.507	
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	1.715.665	1.789.583	3.575.743	4.987.964	
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	(73.918)	(1.786.160)	(1.412.221)	328.457	
4. Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	(95.448)	(55.032)	(88.569)	(81.785)	
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistido)	-	-	-	-	
6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	(169.366)	(1.841.192)	(1.500.790)	246.672	
(*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos	-	-	-	-	

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

E. Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	Projeção			
	31/12/2021	1 jan 21 31 mar 21	1 out 20 31 dez 20	1 jul 20 30 set 20
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(66.384.908)	(71.365.818)	(72.112.894)	(70.895.044)
2. Custo no período (Resultado do Exercício)	(2.904.994)	(926.506)	(1.129.079)	(1.249.669)
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	6.391.266	2.005.151	(1.088.122)
4. Contribuições do empregador para o plano	4.407.415	1.357.342	1.371.794	873.269
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	(169.366)	(1.841.192)	(1.500.790)	246.672
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(65.051.853)	(66.384.908)	(71.365.818)	(72.112.894)

15.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	31 mar 21	31 dez 20	30 set 20
1. Principais Categorias de Ativos (%)			
1.a Disponível	0,063%	0,000%	0,087%
1.b Realizável (Prev e Adm)	82,838%	83,231%	85,938%
Contribuições Contratadas	78,267%	78,809%	81,024%
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	4,571%	4,422%	4,914%
1.c Títulos Públicos	0,000%	0,000%	0,000%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,000%	0,000%	0,000%
1.e Ações	6,196%	6,248%	4,724%
1.f Fundos de Investimentos	2,808%	2,297%	0,514%
Renda Fixa	2,793%	2,281%	0,497%
Imobiliário	0,016%	0,016%	0,017%
1.g Investimentos Imobiliários	7,41%	7,53%	8,01%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%
1.i Outros - Depósitos Judiciais	0,69%	0,69%	0,73%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
2. Principais Categorias de Ativos (montante)			
2.a Disponível	32.978	94	43.063
2.b Realizável (Prev e Adm)	43.477.069	43.265.244	42.555.694
Contribuições Contratadas	41.077.911	40.966.588	40.122.212
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	2.399.158	2.298.656	2.433.483
2.c Títulos Públicos	-	-	-
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
2.e Ações	3.251.681	3.247.880	2.339.284
2.f Fundos de Investimentos	1.474.007	1.194.087	254.537
Renda Fixa	1.465.816	1.185.882	246.286
Imobiliário	8.191	8.205	8.251
2.g Investimentos Imobiliários	3.887.583	3.913.864	3.965.395
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
2.i Outros - Depósitos Judiciais	361.192	361.191	361.192
Total Ativo	52.484.510	51.982.360	49.519.165
(+) Ajuste Valor de Mercado	-	34.076	(93.217)
(-) Contribuições Contratadas	(41.077.911)	(40.966.588)	(40.122.211)
(-) Contribuições em atraso	(499.529)	(605.655)	(304.383)
(-) Uso Próprio	(189.577)	(190.364)	(191.541)
(-) Exigível Operacional	(1.733.179)	(909.291)	(907.560)
(-) Exigível Contingencial	(377.555)	(377.555)	(297.647)
(-) Fundo Previdencial	(1.517.725)	(2.047.000)	(1.992.514)
(-) Fundo de Investimento	-	-	-
(-) Fundo administrativo	(1.541.063)	(1.600.980)	(1.676.456)
Valor Justo dos Ativos (*)	5.547.971	5.319.003	3.933.635
Percentual rateio (% acordado em 12.2019)	N/A	N/A	N/A
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa no rateio inicial	5.547.971	N/A	N/A
Rentabilidade referente ao período projetado	29.297	N/A	N/A
Saldo Previdencial referente ao período projetado	198.092	N/A	N/A
Valor Justo dos Ativos final	5.775.360	5.319.003	3.933.635

15.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

F. Premissas adotadas (final do ano)	31 mar 21	31 dez 20	30 set 20
1. Taxa de desconto (nominal)	7,576%	6,524%	7,459%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	7,576%	6,524%	7,459%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	0,00%	0,00%
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A

G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31 mar 21	31 dez 20	30 set 20
1. Data efetiva	31 dez 20	31 dez 20	31 ago 19
2. Participantes ativos (passivo principal)	80	80	85
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	242	242	242
3.a. Aposentados	154	154	153
3.b. Pensionistas	88	88	89
4. Número total de participantes	322	322	327

H. Período de amortização	31 mar 21	31 dez 20	30 set 20
1. Média esperada de vida de trabalho restante	0,00	1,00	1,00
2. Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,20	8,18	10,35

J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	31 mar 21	31 dez 20	30 set 20
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D	N/D
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter	Hunter
4. Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

K. Projeção do fluxo de caixa	Projeção			
	31/12/2021	1 jan 21_31 mar 21	1 out 20_31 dez 20	1 jul 20_30 set 20
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	3.998.706	1.199.612	1.179.578	1.123.793
2. Contribuições esperadas do empregador - paridade	673.423	196.881	244.609	132.493
3. Contribuições esperadas dos participantes	736.096	215.204	280.572	205.214
4. Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	792.727	237.818	239.454	227.460
5. Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	729.149	172.604	170.315	161.594
6. Contribuições esperadas do empregador - TCF	3.004.843	987.857	956.870	579.182

Legenda: N/A - Não Aplicável
N/D - Não Disponível

I. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	1 jan 21_31 mar 21		1 out 20_31 dez 20	
	Ativo (BAC)	Inativo (BC)	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	42.665.606	37.594.958	47.150.747	33.883.746
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(199.852)	-	(168.454)	-
3. Custo dos juros	679.500	591.194	855.654	606.798
4. Contribuições de participantes do plano	215.204	-	280.572	-
5. Benefícios pagos	-	(1.199.612)	-	(1.179.578)
6. (Ganho) / perda atuarial	(4.038.023)	(2.596.942)	(5.452.913)	4.044.538
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	(4.491.742)	(2.776.406)	3.271.479	2.512.255
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	453.719	179.464	(8.724.392)	1.532.283
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	-	-	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	237.818	-	239.454
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	39.322.435	34.627.416	42.665.606	37.594.958

16. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de março de 2021 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Saldos em R\$ mil
			Consolidado
			Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	432.843	181.197.364.435

17. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital	Saldos em R\$ mil	
	31/03/2021	31/12/2020
Porto de Natal e Areia Branca	76.983	76.710
Porto de Maceió	192.494	191.569
Total	269.477	268.279

18. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ - 10.554 mil.

Ajustes de Exercícios Anteriores	Saldos em R\$ mil
	Consolidado
Ativo Imobilizado	(9.298)
Outros Ajustes	(1.256)
Total	(10.554)

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de R\$ 6.230 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de R\$ 408 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado **Consolidado** no período de R\$ 6.638 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 31 de março 2021 de R\$ 987 mil para CODERN-Sede (prejuízo) e R\$ 3.125 mil para o Porto de Maceió (lucro), conforme o quadro a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Resultado líquido	(6.230)	(4.955)	(408)	(5.322)	(6.638)	(10.277)
Ajustes ao resultado líquido						
Depreciação e amortização	3.491	3.915	652	1.336	4.144	5.251
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos	0	0	0	0	0	0
Provisões	597	29	44	0	640	29
Despesas de atualização monetária	1.156	1.653	2.837	2.208	3.993	3.861
Resultado líquido ajustado	(987)	643	3.125	(1.777)	2.139	(1.135)

19. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 12.695 mil relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 15.1.

20. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta dos serviços prestados				
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	2.935	3.178	6.183	5.271
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	740	1.124	943	1.301
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	5.989	6.019	10.286	9.001
Receitas por Movimentação de Cargas	1.352	1.248	1.352	1.248
Receitas de Armazenagem	56	369	1.515	369
Receitas por Diversos Padronizados	2.100	2.727	2.297	2.795
Receitas com Contratos de Arrendamento	66	116	2.101	2.132
Receitas Alternativas	10	0	10	0
Total da Receita bruta	13.248	14.781	24.687	22.117
(-) Impostos sobre serviços prestados	(1.716)	(1.799)	(3.047)	(2.557)
Receita líquida dos serviços prestados	11.532	12.982	21.640	19.560

Verificou-se diminuição na Receita devido à queda na movimentação do Porto de Navios, sendo 78 embarcações no 1º trimestre de 2020 e 39 embarcações no mesmo período de 2021, além de paralizações na movimentação dos navios de containers no mês de fevereiro/2021 para reparos nas máquinas do Operador Portuário (PROGECO), bem assim da baixa movimentação do Moinho, ocasionada pela queda nas vendas de trigo e derivados.

No Porto de Maceió o aumento de 55% na receita com infraestrutura, se deu em virtude do incremento significativo na movimentação do sal. Em 2020 não ocorreu movimentação para cobrança de armazenagem. Quanto à Receita de Diversos Padronizados houve aumento das taxas de expediente, cobradas pela movimentação do sal.

21. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2021	2020	2021	2020
Custo com Pessoal	3.537	4.342	6.748	6.795
Serviços	1.213	2.113	1.992	3.448
Materiais	998	1.185	1.014	1.235
Depreciação	2.977	3.556	3.175	4.769
Total	8.726	11.197	12.930	16.247

Na CODERN/Sede evidenciou-se redução nos custos com salários, 13º salário, plano de saúde e adicional de embarque, essencialmente devido a diminuição de pessoal, tendo ocorrido três rescisões de contrato no período, e ainda por alteração na reclassificação das contas contábeis, com a implantação do novo plano de contas da ANTAQ, vigente a partir de janeiro/2021.

Com referência aos serviços de terceiros, a variação decrescente se deu em virtude do menor custo com energia elétrica no Porto de Natal (54%), aluguel de equipamentos (71%) e conserto e manutenção e limpeza (69%).

Quanto ao custo com materiais, identificou-se redução, decorrente da diminuição do custo com gêneros alimentícios, no Terminal Salineiro (54%).

No tocante ao custo com depreciação, ocorreu redução, em vista dos ajustes realizados nesta conta no mês de janeiro/2021, para correção dos saldos, conforme o relatório de impairment/2020.

O aumento de 30% do custo com pessoal na controlada (APMC), está relacionado com as reclassificações dos Custos com vale alimentação, plano de saúde e odontológico (plano de contas ANTAQ), os quais eram classificados no plano de contas antigo, como serviços de terceiros.

A redução de 42% em serviços, decorre da extinção e redução de contratos com serviços de terceiros.

Com relação à redução da Depreciação, ocorreu em virtude de reclassificação parcial das contas “Cais de Container” e “Molhe de Proteção”, as quais estavam classificadas no imobilizado e foram transferidas para bens sob responsabilidade da Empresa, cujo saldo não sofre depreciação.

22. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com Pessoal	4.133	4.130	6.161	6.449
Serviços de Terceiros	909	463	1.473	2.039
Utilidades	119	97	128	152
Despesas Gerais	493	342	645	618
Depreciação	226	16	627	20
Total	5.880	5.048	9.034	9.278

A variação crescente na Despesa como serviços de terceiros se deu, principalmente pelo incremento de serviços realizados no período, concernente a serviços de construção e engenharia (R\$ 88 mil) e serviços eletrônicos (R\$ 15 mil), além dos contratos de serviços de limpeza (R\$ 114 mil mensal).

Com relação ao acréscimo das Despesas Gerais, ocorreu em razão do aumento da Despesa com energia elétrica e água e esgoto, no 1º trimestre/2021.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

O aumento da Despesa com depreciação foi ocasionado pela reclassificação das contas dos bens de administração, conforme o novo plano de contas da ANTAQ, anteriormente considerados como bens de operação.

A variação dos itens de Despesas do Porto de Maceió ocorreram em virtude da classificação inadequada, quando da relação com De Para (pessoal e encargos, serviços de terceiros e materiais). Vale salientar que os grupos se encontram corretos, verificando apenas alguns equívocos nas contas analíticas dos citados grupos, os quais deverão ser ajustados nos próximos balancetes.

23. Créditos de liquidação duvidosa

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais, de acordo com a nota 3.4.

24. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para contingências	0	0	1.198	0
Reversão de provisões	0	(3)	(1.154)	(3)
Saldo líquido de provisões const	0	(3)	44	(3)

25. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2021	2020	2021	2020
Outras Receitas	(77)	(1)	(493)	(1)
Receitas Eventuais	0	(1)	(62)	(1)
Reversão de déficit atuarial	(77)	0	(431)	0
Outras Despesas	121	18	121	213
Ajustes de Estoques	62	4	62	4
Multas	59	14	59	208
Saldo líquido de provisões const	44	18	(372)	212

26. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras	(479)	(567)	(482)	(569)
Juros Ativos	(50)	(523)	(52)	(524)
Variações Monetárias Ativas	(128)	0	(128)	0
Multas Ativas	(271)	0	(271)	0
Descontos Obtidos	(20)	(8)	(20)	(8)
Outras Receitas Financeiras	(9)	(36)	(9)	(37)
Despesas Financeiras	2.956	2.165	6.298	4.399
Juros Passivos	35	57	537	80
Variações Monetárias	1	0	330	0
Encargos Financeiros AVP	4	0	4	0
Atualização Monetária	16	95	300	95
Despesas Bancárias	16	9	18	12
Multas	106	106	106	106
Juros s/PORTUS	1.587	0	1.587	0
Varição Monetária s/PORTUS	883	1.090	2.441	1.432
Varição Monetária s/Créditos	273	563	940	2.429
Atualização Monetária - INSS	35	245	35	245
Total do resultado financeiro	2.478	1.597	5.817	3.831

27. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

27.1 Operações com empresas controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

27.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente essa vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor - Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No primeiro trimestre de 2021, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 7.806 mil (R\$ 7.321 em 2020), que representa 68% do total faturado (70,9% em 2020) no Terminal Salineiro de Areia Branca.

28.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No primeiro trimestre de 2021, os valores pagos totalizam R\$ 7 mil (R\$ 7 mil em 2020).

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de março (em milhares de reais)

28. Reclassificações

Os saldos comparativos das demonstrações contábeis foram reclassificados, tendo em vista que a partir de 2021 a Companhia adotou o plano de contas padrão da Antaq e por isso, a estrutura anteriormente divulgada foi alterada, no entanto, sem alteração dos valores finais já divulgados.

ELIS TREIDLER ÖBERG
Diretor Presidente
CPF Nº 310.558.777-20

ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 843.994.147-15

FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 434.227.137-00

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br